

Política

—CONSTITUINTE—

Há mais de 300 emendas para o capítulo das disposições transitórias, que incluem um festival folclórico de casuísmos. Além de trens e rodovias...

As últimas polêmicas

Um verdadeiro festival de folclore e casuísmos poderá ser incluído no último capítulo da nova Carta — cuja votação teve início na última semana — caso algumas das mais de 300 emendas às disposições transitórias sejam aprovadas pelo plenário da Constituinte. As propostas são as mais variadas e vão desde a anistia às dívidas contraídas pelas microempresas, assim como pelos pequenos e médios produtores situados nas áreas da Sudene e Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, como quer o deputado Humberto Souto (PFL-MG), às de criação do estado independente do Acre, como propõe Osmir Lima (PMDB-AC) ou ainda a liberação de jogos de azar e do bicho, como sugerem respectivamente Evaldo Gonçalves (PFL-PB) e Gerson Peres (PDS-PA).

Preocupada com a possibilidade de que a Constituinte ficasse envolvida apenas em polêmicas questões, como o mandato do presidente José Sarney, a liderança do PMDB nomeou há dois meses uma comissão encarregada de fazer um exame minucioso dos 63 artigos das disposições transitórias e de seus 446 destaques e emendas, sendo que 172 delas são aditivas ao texto. A esta comissão se juntaram agora parlamentares de todos os partidos, que desejam encontrar um critério de agrupamento das emendas e eliminar aquelas que são verdadeiros trens da alegria, que trazem benefícios regionais e conseqüentemente divididos eleitorais, além de retirar as que, aparentemente, são de interesse nacional, mas inexecutáveis na prática. Na reunião conjunta, apenas 14 dos 63 artigos foram analisados.

Benefícios Econômicos

As propostas econômicas que constam das disposições transitórias são consideradas um verdadeiro desastre, por parlamentares de diferentes tendências políticas. Na área de anistia de dívidas, existem três emendas. A primeira, de Humberto Souto. A segunda, de Mansueto de Lavor (PMDB-BA), que elimina a correção monetária para todas as dívidas das pequenas microempresas e dos pequenos agricultores, contraídas até o final de 87, e para todos os demais empréstimos feitos no período de 28 de fevereiro de 1986 a 31 de dezembro de 1986 — período em que vigorava o Plano Cruzado — além do perdão da correção para as médias empresas e agricultores, do início do Cruzado até o final de 87.

Em reunião prevista para esta semana, os autores das emendas pretendem fundilá-las, para que todos que sofreram prejuízos por acreditar no Plano Cruzado, consigam da Assembleia Constituinte um reparo justo. Esta anistia, conforme estudo realizado pelo Ministério da Fazenda, vai custar aos bancos, principalmente os oficiais, Cz\$ 520 bilhões, o que equivale a mais de sete vezes o orçamento do Ministério da Saúde.

Mas há ainda outras propostas consideradas absurdas pelos economistas como



Para o Nordeste, existem muitas emendas propondo incentivos de todos os tipos. E até uma escola, por onde passaram três dos constituintes, vai para a lei.

a do deputado Vilson Souza (PMDB-SC), que pretende limitar a 3% os juros reais que o Brasil pagaria aos credores da dívida externa. Já o deputado Aldo Arantes (PMDB-GO) quer que o País suspenda o pagamento dos juros da dívida, por um ano, enquanto estiver funcionando uma comissão mista do Congresso, para fazer uma

perícia nos contratos de endividamento do País. Esta comissão está prevista tanto no texto do Centrão quanto da Sistematização e deverá ser aprovada consensualmente.

Para o Nordeste, são criados incentivos de todo tipo. Eles vão desde a criação de uma grande Zona de Processamento de Exportação na região, até empréstimos a

juros irrisórios a agricultores e industriais e isenção de pagamento dos encargos à Previdência Social por empresas lá localizadas. O deputado Jesus Tarja (PFL-PI), por exemplo, quer que durante 25 anos, prorrogáveis por lei, o seu Estado tenha redução de 50% sobre as alíquotas dos impostos federais. Já Humberto Lucena quer

Uma anistia que tira o general do sério

"Não temos mais nada a dar." Foi assim que o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, reagiu ontem ao comentar a votação da anistia dos militares pela Constituinte. O ministro acha que a anistia já concedida a militares (em 1979 e 1985) foi "a mais generosa e a mais magnânima possível". Depois de comparecer ao embarque do presidente Sarney, que viajou ontem para Nova York, ainda na Base Aérea de Brasília o general Leônidas disse que não via "maior importância nesse fato (a anistia) por não achar justo que 140 milhões de habitantes deste país vejam a Constituinte parar na beira da estrada para tratar de problemas dessa minoria que não tem nenhum direito". Ele se referia principalmente aos marinheiros, que alegam terem sido punidos por atos administrativos baixados por motivação política.

A argumentação de Leônidas Pires sobre a anistia foi demorada. Mas, no começo da conversa com os jornalistas, o ministro tratou do assunto com alguma irritação, principalmente quando lhe foi indagado se ele achava que a ampliação da anistia poderia gerar algum problema institucional. "Esta pergunta não tem cabimento", cortou o minist-

ro. Mas o repórter insistiu: Por quê? "Porque acho impertinente. Sabe o que quer dizer impertinente? Que não tem pertinência", reagiu Leônidas. "Mas há uma grande resistência...". tentou argumentar o jornalista, quando foi interrompido pelo ministro: "Você pode perguntar o que quiser e eu tenho o direito de responder que não tem pertinência, não tem pertinência, não tem pertinência".

O diálogo não parou aí. Um outro repórter também tentou falar que "os outros dois ministros...", mas Leônidas também cortou essa segunda investida, dizendo que "eles falam o mesmo que eu. Não venha fazer fofuquinha entre ministros não".

No final, Leônidas Pires terminou concordando em detalhar seus argumentos que, segundo ele, são irrefutáveis. Primeiro disse que os anistiados desejam maiores benefícios, como receber atrasados, reitegração e promoção, que a lei especifica das Forças Armadas não permite. Em seguida, considerou "um precedente muito perigoso" atender a tese dos marinheiros, que se dizem punidos com atos administrativos motivados por razões políticas.

E outra anistia, para quem acreditou no Cruzado.

O governo deverá iniciar esta semana em Brasília uma série de articulações com as lideranças dos diversos partidos políticos no Congresso Nacional para fazer um acordo capaz de dar uma solução alternativa para a questão da anistia da correção monetária para os débitos das micros e pequenas empresas, contraídos durante o Plano Cruzado. Segundo o presidente do Centro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (Cebrae), Paulo Lustosa, as diversas emendas que tratam do assunto no Congresso Nacional, se aprovadas, trarão muitos problemas para o programa de ajustamento econômico promovido pelo governo, incluindo-se entre estas emendas a do deputado Mansueto de Lavor (PMDB-PE), que mais agito o Congresso.

Se for concedida anistia da correção monetária para os pequenos e microempresários e para os pequenos produtores rurais — diz Paulo Lustosa — outros devedores recorrerão à Justiça e obterão o mesmo benefício. Haverá, deste modo, uma grande confusão em toda a economia, com todos querendo se livrar da correção monetária. Até mesmo aqueles que já liquidaram suas dívidas vão querer receber a

diferença do que pagaram, a título de correção monetária, durante a época do Plano Cruzado. Segundo Lustosa, o acordo a ser formulado no Congresso deve buscar uma solução menos traumática para o sistema e mais realista, levando em conta que muitos empresários têm condições de liquidar seus débitos.

Dos pequenos devedores surpreendidos pelo fim do Plano Cruzado (fizeram débito sem correção monetária e, de repente, tiveram de pagar correção de 20% ao mês, 40% já recuperaram os seus negócios, encontrando-se os demais 60% em fase de recuperação. Destes, segundo Lustosa, uma metade resolveria seus problemas financeiros vendendo parte do seu patrimônio, enquanto a outra metade, nem com a venda de patrimônio resolveria sua situação. São para esses 30% ameaçados de insolvência que o Congresso deve encontrar uma solução. No acordo imaginado pelo governo, o Congresso aprovaria a obrigatoriedade de os bancos reverem todos os problemas dos pequenos devedores, caso a caso, dilatando os prazos e dando uma boa carência para aqueles empresários comprovadamente em maiores dificuldades.

que seja instituído um imposto cuja receita será destinada a custear os projetos de irrigação do semi-árido do Nordeste, que só poderá ser extinto quando forem atendidos todos os objetivos de sua criação.

Casuísmos

O próprio texto do Projeto de Constituição traz pelo menos um artigo considerado, no mínimo, inadequado: o que mantém o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, sob a responsabilidade da União, enquanto todos os demais estabelecimentos de ensino de 1ª e 2ª graus foram transferidos para os estados e municípios. É que aquele colégio teve o privilégio de abrigar, há anos, pelo menos três atuais constituintes — Sandra Cavalcanti, Afonso Arinos e Ronaldo Cezar Coelho.

Mas em termos de propostas há outras, não menos casuísticas. O projeto prevê que os funcionários públicos com mais de cinco anos de serviço se tornem estáveis. Seriam incluídos neste benefício, os servidores da administração indireta e das fundações. O deputado Paulo Mincaroni (PMDB-RS) quer que os funcionários públicos admitidos a partir de 15 de março de 1967, sem concurso público, sejam submetidos a prova de seleção seis meses após a promulgação da Constituição. Os reprovados serão aposentados com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço. Já o deputado Jairo Azi (PFL-BA) pretende que, para fins de aposentadoria, o tempo do exercício do mandato dos prefeitos seja contado em dobro.

O território de Fernando de Noronha, entretanto, está sendo disputado pelos estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte como querem José Moura (PFL-PE) e Ismael Wanderley (PMDB-RN), respectivamente. A justificativa de ambos é a mesma — o governo federal não soube explorá-la. Para o governador da ilha, as emendas têm outros objetivos e estão ligadas às propostas de Evaldo Gonçalves e Gerson Peres. Evaldo quer que no Nordeste o jogo de azar seja permitido enquanto Peres defende a liberação do jogo do bicho.

Já houve acordo para eliminar alguns dos trens da alegria e o primeiro deles, é não agregar os procuradores à advocacia geral da União. Será excluído do texto também o parágrafo que diz que a atual Procuradoria Geral da Fazenda Nacional passa a chamar-se Advocacia da Fazenda Nacional, o que prevê a criação de alguns privilégios.

Há outra proposta regionalista bastante criticada. Ela foi apresentada pelo senador Chagas Rodrigues (PFL-PB) que dá cinco anos de prazo para o governo concluir a construção da rodovia Brasília-Fortaleza. O senador quer integrar o Nordeste ao centro do Brasil e usou como modelo um artigo semelhante da Constituição de 46, que dava dois anos de prazo para que o governo concluísse a construção da rodovia Rio-Nordeste.

O Brasil está se afastando da orgulhosa divisa que figura em sua bandeira e que ele deve a Augusto Comte: Ordem e Progresso. O progresso econômico está quase interrompido por falta de investimentos. O número de empregos permanentes diminuiu, as vendas dos supermercados caíram 20% em relação ao ano passado. No total, os mais ricos vivem muito bem, como antes, sob a salvaguarda do protecionismo e a tutela do Estado, mas os pobres continuam totalmente miseráveis e as classes médias estão a caminho da proletarianização. A ordem não é mais visível que o progresso. Todas as grandes cidades se tornaram perigosas e a polícia é incapaz de garantir a segurança nos centros urbanos, ela nem mesmo se aproxima das favelas, quartéis-generais onde a miséria se entrancheira e se arma. A desordem também é a inflação galopante, em torno de 600%: ela obriga os comerciantes a mudarem os preços diariamente e implica os industriais numa permanente negociação com os burocratas encarregados do controle dos preços. A especulação, o câmbio negro, o tráfico de divisas são, portanto, a regra, provocando as perturbações clássicas da economia, mas também comportamentos psicológicos. As esperanças que a população havia investido no retorno da democracia, há três anos, deram em nada, por falta de uma boa reflexão sobre o papel das instituições democráticas neste vasto País, tão pouco igualitário e tão pouco educado.

aliás, negociado com um Estado-Maior sempre muito presente nos bastidores do poder em Brasília. Cada constituinte só pensa em sua própria reeleição e multiplica as propostas mais generosas e irrealis que jamais figuraram numa Constituição. Nesta encontramos, em particular, um complexo dispositivo de proteção social, de limitação do tempo de serviço e de licença-paternidade que nenhum país, por mais rico que fosse, poderia financiar. Como sugeria um bom editorialista de São Paulo, Oliveira Ferreira, só faltam dois artigos nesta Constituição: o primeiro proibiria ser pobre e o segundo tornaria a felicidade obrigatória. De fato, a filosofia geral desta Constituição influenciada pelos ativistas de esquerda da Assembleia, confirma aquilo que chamamos de "modelo brasileiro", que exerce há trinta anos uma considerável influência no Terceiro Mundo: um Estado todo-poderoso, que controla a economia em todos os detalhes, que concentra os recursos em benefício de um setor público industrial gigantesco e pouco eficiente, tudo isso sob a salvaguarda de um rigoroso protecionismo.

Portanto, esta não vem a ser verdadeiramente uma Constituição; ela não é a regra do jogo que permitiria definir o papel do Estado na sociedade brasileira; ela é claramente inaplicável.

Além do mais, o modelo brasileiro falhou. Foi o próprio presidente da República, José Sarney, quem me disse isto, endossando as críticas mais severas já feitas ao Estado pelos economistas liberais do País. "Tornei-me um liberal, acrescenta Sarney, não por ideologia mas sim porque não tinha escolha. O Estado é tão vasto, dispendioso e pouco eficiente que se tornou inoperável." O setor públi-

Golpe de Estado Liberal no Brasil
For Guy Sorman

co suga todos os recursos da Nação em benefício dos burocratas e de sua clientela; só a emissão de moeda permite equilibrar o orçamento. Este Estado invasor é, ademais, antidemocrático pois financia os mais bem aquinhoados da sociedade brasileira, e não lhe resta nada a destinar aos mais pobres, à saúde, à educação e à moradia deles. Finalmente, o setor público, que, nos anos 60 — os anos do "milagre" — alçara o Brasil ao nível de grande potência industrial, assumiu daí para a frente um considerável atraso tecnológico separando-se do resto do mundo e proibindo particularmente a importação de materiais e programas informáticos. Felizmente, enfatiza Sarney, esta política do "mercado reservado" aos nacionais brasileiros é atenuada pelas importações clandestinas e, dentro de dois anos, será suprimida. A

partir deste diagnóstico severo e incontestável, Sarney anunciou, no dia 20 de maio passado, uma "Nova Política Industrial", francamente liberal, organizada em torno dos temas privatização, desregulamentação, liberação das importações, desburocratização, apelo ao investimento estrangeiro. O Brasil deve se reintegrar, acrescenta o presidente, à comunidade internacional da qual nunca deveria ter-se afastado. Uma nova idéia será assim introduzida no Brasil, acrescenta Sarney: a concorrência. Isto é o que os empresários brasileiros pediam, eles que agora são os donos da bola. "A onda liberal chegou ao Brasil", me anuncia Sarney, que, para a ocasião, aprendeu a dizê-lo em francês ("La vague libérale est arrivée au Brésil").

Contudo, a ruidosa conversão do presidente é recebida com um certo ceticismo neste país saturado de discursos. Antes de mais nada, é evidente a contradição entre a nova política industrial e a Constituição. Qual texto levará vantagem sobre o outro e decidirá esta contradição? A democracia está caminhando diretamente para um conflito maior entre poder presidencial e poder parlamentar. As resistências da burocracia que amarra este país serão consideráveis e ela recorrerá ao nacionalismo — sempre popular na América Latina — para asfíriar a nova política liberal. Os intelectuais e os partidos de esquerda também estão prontos a invocar o nacionalismo brasileiro, até mesmo a lei da selva que este novo liberalismo produziria. Um argumento ridículo, pois a lei da selva, no Brasil, é o regime atual. Enfim, os próprios industriais têm atitudes ambíguas: eles exigem o liberalismo econômico porém os mais poderosos deles só vivem de alianças, encomendas e subvenções do Estado. Apenas uma nova geração de empresários autênticos

parece decidida a tentar o liberalismo porque acha que não há outra alternativa para o País. Estes homens e mulheres que são encontrados em círculos de pensamento, os Institutos Liberais do Rio, de São Paulo, Curitiba ou Porto Alegre, sabem que se a abertura liberal fracassar, o povo, desgostoso com a demagogia, desestabilizado pela inflação, apelará novamente a soluções violentas, militares ou revolucionárias.

Em suma, parece-me que a nova democracia brasileira só sobreviverá se se tornar realmente liberal, isto é, se cada brasileiro puder esperar ter acesso ao mercado como produtor e como consumidor. Caso contrário, o País voltará aos regimes de oligarquias que conseguiram, há cinquenta anos, pôr a perder muitas das chances do Brasil, marginalizando sistematicamente seus recursos humanos.

Para terminar num tom mais sereno, resumirei uma conversa com Ruy Mesquita, diretor do Jornal da Tarde, e certamente um dos homens mais influentes do País. Para ele, não é a sociedade que está em crise, mas sim o Estado brasileiro. Se olharmos além da presente desordem institucional, a sociedade está indo em frente: o comércio exterior está com excedente, a pequena agricultura privada está próspera, o capital estrangeiro está voltando para o País; até mesmo os sindicatos se tornaram razoáveis, acrescenta ele. Um novo movimento operário acaba de se implantar em São Paulo, o coração tradicional do marxismo; ele se chama sindicalismo dos resultados. Com Ruy Mesquita, concluímos com uma esperança: ver aderirem rapidamente a este sindicalismo dos resultados a classe política, os bispos e os intelectuais brasileiros.